

SOCIEDADE CAMPONESA NO IMPÉRIO?

Luciara Silveira de Aragão e Frota
Ex-Professor Assistente de História do Departamento de
Ciências Sociais e Filosofia (UFC).

1. UMA VISÃO GLOBAL

Quando do descobrimento do Brasil, vivia a Europa um período de urgente necessidade de terras, para suprir as suas necessidades de produtos agrícolas, além de matérias-primas necessárias ao desenvolvimento de uma indústria incipiente.

A chegada dos primeiros colonos, depois das tentativas de exportação de produtos primários, encontrados ao longo do litoral, determinou uma maior fixação na atividade agrícola.

Tentou-se naturalmente fixar, no Brasil Colônia, os resquícios ainda existentes do feudalismo europeu, o que daria margem a toda uma literatura posterior sobre a existência ou inexistência do feudalismo no Brasil. Na verdade, o sonho dos colonizadores era não só o enriquecimento rápido mas o pertencer à classe da "aristocracia feudal", mediante a posse das extensas propriedades concedidas pela Coroa. A força de trabalho empregada foi inicialmente a do indígena, motivo maior das querelas entre colonos e jesuítas, substituído pelo africano importado, que foi em pequeno número, contudo, nas zonas típicas de pecuária do Nordeste onde o algodão era já empregado também para a confecção de panos grossos. Quando revogado o alvará de 1785, proibitivo de atividades de manufatura em nosso país, foi aberto o caminho rumo a uma industrialização incipiente, que poderia ocupar, de modo especial, a mão-de-obra não adaptada ao regime escravista típico da estruturação sócio-econômica do Brasil daquela época. (1)

1) Sobre o assunto, ver o estudo de Nícia Vilella Luz sobre as tendências brasileiras que se faziam sentir, então, quanto aos primórdios de

A independência veio encontrar o Brasil sem modificações significativas em sua atividade econômica característica do início da colonização.

Todos os tecidos e objetos manufaturados eram importados da Europa, principalmente da Inglaterra. Enquanto a França exportava para o Brasil artigos de luxo, de Portugal vinha o azeite, bacalhau e boa quantidade de vinho. O Brasil exportava café, algodão, açúcar, couros brutos e fumo. A agricultura seguiu, no Império, os mesmos antigos processos coloniais. Os latifundiários formavam a classe dominante, com interesses coincidentes com os dos negociantes, e as pessoas de profissão liberal tinham reduzida influência nos problemas econômicos, principalmente em torno de disputas de autoridade e prestígio.

Foi no período das entradas e bandeiras que se deu a busca de mão-de-obra para os trabalhos agrícolas e de riquezas minerais para o enriquecimento rápido (2), não raro fantasioso. À medida que progredia o processo de apossamento da terra, iam-se identificando os pontos de maior ou menor consistência da atividade primária econômica. O deslocamento da primazia econômica das regiões agrícolas do Norte-Nordeste para o Centro-Sul deveu-se à decadência de lavouras tradicionais, como o algodão, cana-de-açúcar, tabaco, concomitantemente ao desenvolvimento da cultura cafeeira, dantes de menor importância, e com o que não poderiam concorrer tais produtos, daí por diante.

Antes, porém, é preciso registrar que, com a abertura dos portos e a emancipação política do Brasil, as regiões agrícolas mais antigas, do Norte do Maranhão à Bahia, pelo litoral, vão ser a alavanca que fornecerá apoio ao renascimento agrícola registrado em fins do Século XVIII, se bem que os primeiros cinquenta anos do Século XIX encontrarão o Centro-Leste-Sul tomando a dianteira. Lembre-se que, com a vinda de D. João VI, foi deslocado para o Brasil o cerne do Império português, por força da invasão de Junot, quando a conjuntura internacional de então "favorecia os produtos tropicais

nossa política industrial, quando da vinda da família real portuguesa e quanto às diretrizes fundamentais da política de D. João VI, in *Separata da Revisão de Estudos Brasileiros*, n.º 5, S. Paulo, 1969.

- 2) Ficaram aos sucessores dos mineiros, como um legado, a parte mais difícil da extração, o que provocaria o incentivo a outras atividades como agropecuária e indústria de laticínios. Cf. introdução de Ernani Silva Bruno in **O OURO E A MONTANHA** vol. 9, Coleção Histórias e Paisagem, pp. 28-29.

de exportação e, portanto, o patriarcado rural brasileiro alia-se, momentaneamente, ao grupo mercantil português e tem a ilusão de ter conquistado o poder, ilusão que será desfeita com a Revolução do Porto em 1820 e o retorno de D. João VI a Portugal". (3)

O pano de fundo das relações de produção é uma condição que vai focar o Brasil rural, mergulhado num aviltamento do trabalho braçal, face à presença de mão-de-obra cativa, seja ainda resquícios do índio apresado, seja em função do escravo trazido da África.

Até a mão-de-obra livre pode mais profundamente ser caracterizada nos vaqueiros das grandes fazendas de gado, se bem que se possa afirmar nunca haver existido no Brasil o caso da "renda-trabalho", sendo mais difundida a forma social de "renda-produto", nas condições de regime de parceria. A "renda-dinheiro", também difundida no Brasil, em menores proporções, assinala a transição das relações tradicionais para as relações contratuais na sociedade rural, fenômeno, todavia, muito mais constante a partir dos surtos migratórios de europeus para o sul do Brasil, notadamente a partir do incremento e da ênfase na cultura cafeeira.

A contribuição das relações de produção determinou toda uma sistemática existencial, que aflorou quer nos costumes sociais, quer na caracterização da construção do habitat rural brasileiro.

No que tange à estrutura dos costumes rurais brasileiros, no que se refere à atividade produtiva notadamente no Império, foram eles recebidos dos negros e dos índios, com reduzida participação de costumes do "branco colonizador", ainda porque os colonos — antes dos surtos migratórios da época inicial do café — consideravam aviltante o trabalho braçal.

Deve-se admitir que não há propriamente costumes regionais, pois não foram delimitados pelo meio, mas importados e tendo ficado a marca por onde andou o africano.

Ainda podemos ter, ao vivo, os mesmos aspectos da vida agrícola dos primeiros tempos e da fase imperial. O critério dominante para a instauração de casas residenciais deve servir de exemplo. Foram essas casas construídas nas vizinhanças das águas, bem como os arraiais, e tendo sempre ali próximo o "cercado", para a criação de animais.

3) Cf. Nícia Vilella Luz, Op. cit. p. 43.

De outro ponto, quanto à família, os homens roçavam, queimavam, coivaravam; as mulheres plantavam e ajudavam na capina: as crianças ajudavam a uns e outros. Foi assim entre os índios. E daí até hoje.

2. DO TRABALHO SERVIL AO TRABALHO LIVRE

O tráfico ofereceu lucro. Lucro compensador, para a colocação de capitais. Esse comércio absorvia quantidades de dinheiro que fazia falta ao país com fontes de produção estacionadas por falta de numerário. Com a supressão do tráfico, tentou-se atrair o elemento europeu. O número deste era reduzido, pois, o trabalho rural, em virtude de ser exercido por escravos, era considerado aviltante; daí os colonos brancos serem localizados em núcleos independentes, separados das fazendas.

Mais tarde, com o êxito relativo, graças aos progressos das idéias abolicionistas, alguns fazendeiros empreenderam a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, introduzido, em 1840, pelo Senador Vergueiro, em Limeira, na sua fazenda, de nome Ibiacaba. Entre 1847 e 1857, naquela região, colonos alemães, suíços e belgas trabalharam, em sociedade com o proprietário, através de contratos agrários chamados parcerias e comumente conhecidos por "meia", ou seja, a meação, igualmente dividida entre patrão e empregados. Os resultados iniciais foram bons e São Paulo chegou a contar com setenta colônias desse tipo.

Esse método foi imitado por vários outros fazendeiros, inclusive o Visconde de Indaibatuba, que, em 1852, contratou, para a sua fazenda de Sete Quedas, trabalhadores alemães; em Campinas, pelo Barão de Souza Queiroz, que fundou as colônias de Santa Bárbara e São Jerônimo, também em Limeira.

A adoção, com certo êxito, desse tipo de trabalho, impressionou, como não poderia deixar de acontecer, alguns fazendeiros, em cujas propriedades o trabalho continuava tendo por base o braço escravo. Acreditou-se, então, ser esse o caminho mais vantajoso, especialmente porque o braço escravo representava elevados investimentos de capital.

Os que defendiam o ponto de vista da ilegitimidade do trabalho escravo passaram a reivindicar, do Governo, a abolição pura e simples, sem indenizações do proprietário, em todo o território nacional.

O projeto de emancipação imediata de Antonio Prado obrigava os libertos a permanecerem nas fazendas por dois anos como assalariados livres. Tinha-se em vista prevenir a desorganização agrária, donde a necessidade de se preparar a transição para o trabalho livre.

A supressão do trabalho escravo foi um grave problema, porque os elementos de produção vinham do trabalho servil, ligado à agricultura. Afastado das fazendas o trabalhador servil, conseqüentemente haveria paralisações na produção nacional, e daí à desorganização social seria um passo.

Além disso, a emancipação sem indenizações seria a ruína das fortunas agrícolas, sobre as quais se assentava a fortuna pública. Daí a decadência de Minas e a do Rio de Janeiro. Os fazendeiros do Vale do Paraíba viram suas fortunas desaparecerem, com a ruína da terra desvalorizada, ante a deserção do trabalhador rural. O oeste de São Paulo e os Estados meridionais foram os únicos a suportar a crise agrícola, porque ali se operou a transição gradual do trabalho servil para o trabalho livre, dadas as migrações européias.

Os fazendeiros perderam a importância monetária representada pelo trabalhador servil e sofreram, por extensão, a depreciação de suas propriedades rurais.

Os libertos aglomeravam-se nas cidades e a lavoura declinava, embora muitos tenham permanecido nas zonas do café e do açúcar, onde se estabeleceram em pequenas propriedades doadas pelos antigos senhores ou adquiridas a prestações mínimas. Grande número desses lotes localizavam-se no antigo Distrito Federal e nos arredores urbanos dos antigos centros de produção rural. A importância das pequenas propriedades dos negros foi insignificante, contudo, por ser praticada em doses mínimas, ou seja, pouco mais do que o necessário para a sobrevivência.

Deve-se dizer, todavia, que a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre só foi verdadeiramente efetuada após o advento da República.

3. UMA PRESENÇA: OS IMIGRANTES

A exemplo do açúcar e dos minérios, ao seu tempo, respectivamente, o café originou a elite do país: o fazendeiro de café. A lavoura cafeeira faz de São Paulo o centro de maior importância do país.

As exportações de café permitem equilibrar a balança externa do Brasil e ainda num nível que dantes não se conheceu. Em certas regiões (e determinadas classes sociais) melhorou o nível de vida dos habitantes.

A modificação da política tarifária (1844) fez com que o Brasil tivesse as rendas públicas crescentes, embora sob protestos ineficazes da Inglaterra, dada a firmeza do Governo Imperial.

A Abolição dos escravos foi problema que cedo ou tarde se teria de enfrentar. As correntes imigratórias deveriam ser a solução para o problema da falta de braços na lavoura. Já ao tempo de Dom João VI, no Brasil, existiam centros coloniais mínimos de imigrantes açorianos, alemães, suíços, no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Santa Catarina.

As migrações européias enfrentaram uma série de fatores que as prejudicaram e que, em linhas gerais, foram os seguintes:

- a — O problema religioso, que punha empecilhos à entrada de protestantes;
- b — O clima muito quente, ou tido como tal;
- c — O regime político da época que, para muitos estudiosos do assunto, cerceava as liberdades, inclusive a própria liberdade civil.

É por volta, aproximadamente, de 1850, que o caso da imigração volta a preocupar o país, com a interrupção da entrada de escravos. É revisada a política de povoamento, não em termos tradicionais (concedendo lotes pequenos para o cultivo, em grupos independentes), mas fixando o colono em grandes lavouras, pelo sistema dito de parceria, e trabalhando na qualidade de subordinado.

Dentro do sistema tradicional, na época em que o açúcar apareceu como concorrente no mercado, André Rebouças, também líder da Abolição, imaginou cooperativas formadas por pequenos plantadores, proprietários de engenhos. Esta inovação foi arvorada como iniciativa para a reforma da propriedade da terra e como um passo para o abolicionismo. Em 1880, o Ministro da Agricultura falava da necessidade econômica e social do desenvolvimento da indústria do açúcar. Os brasileiros achavam que essa modernização resultaria numa economia mais forte e em mudanças sociais. Acreditava-se ser de bom proveito dividir o trabalho entre o plantar e o industrializar a cana-de-açúcar.

Há que se destacar, no conjunto das modificações, o papel de Nicclau Campos Vergueiros.

No oeste de São Paulo, onde se fixaram os imigrantes, a proporção de escravos para os trabalhadores livres era insignificante. As fazendas de café, após 1880, contavam quase somente com trabalhadores livres.

Assim temos:

Em 1886 a imigração alcança	30.000 indivíduos;
em 1887,	55.000 " ;
em 1888,	133.000 " ;
em fins do século, mais de cem mil.	

Os abolicionistas contaram com os trabalhadores livres para corromper o sistema já decadente.

4. SOCIEDADES CAMPONESAS

Sociedades camponesas são sociedades que permaneceram entre as sociedades primitivas e as sociedades industriais, numa população de muitos milhões de habitantes, nas partes subdesenvolvidas do globo.

O mundo camponês varia de um lugar para outro.

Não existem fórmulas fixas para caracterizá-lo ou defini-lo. Assim, as sociedades camponesas podem mesmo ser compreendidas como "agregados amorfos, sem estrutura própria, com populações tradicionais, conservadoras em relação às modernas".

Na caracterização dos tipos de economia camponesa, há o destaque pelo economista russo A. V. Chaianov, que nos fala de um tipo especial, cujo fundamento é a economia de família. A sua organização é determinada pelo número e pela composição da família, bem como pela coordenação entre as suas exigências de consumo e o número de mãos aptas para o trabalho.

Salienta Chaianov (4) que a concepção de lucro na sociedade camponesa é dada pelos elementos componentes e pelos elementos participantes das despesas de produção, que não

4) Alexandre V. Chaianov: **THE SOCIO-ECONOMIC NATURE OF PEASANT FORM ECONOMY: a systematic Source in Rural Sociology** de Sorokin, Galpin e Zimmerman, p. 144.145.

estão nem podem ser comparadas em níveis de significação simbólica pecuniária de moeda.

Na economia camponesa, o grosso da renda somente pode ser medido pelo próprio esforço de trabalho, esforço a que não se pode adicionar, nem subtrair, unidades monetárias, mesmo porque não pode ser estocado.

O principal objetivo da economia camponesa é, desse modo, a posse da terra.

Se se tentar estabelecer padrões gerais e globais de observação, poder-se-á mesmo relacionar com as conceituações estabelecidas por Redfield, ao denominar "cultura de folk" um tipo de vida ideal, oposta à vida da cidade, que não são primitivas no sentido comum do termo, mas também não são civilizadas no sentido de integração a culturas industriais.

A expressão "cultura de folk" tem sido usada por Redfield e seguidores, assim como se usa sem discriminação, para designar culturas não primitivas mas relativamente simples, que estão sendo modificadas rapidamente ao contato com a civilização industrial.

Redfield considera que as "culturas de folk" (5) são pequenas e isoladas, sendo que os grupos que as constituem são quase auto-suficientes e homogêneos no que se refere a costume e raça. A tecnologia empregada pelas sociedades de folk é simples e a divisão do trabalho insignificante, sendo que a família desempenha um grande papel nas instituições sectárias, com acentuado grau e nível de religiosidade. Em função disso o seu ritual é altamente desenvolvido. A sanção social governa não apenas o relacionamento social, mas também a conduta individual e particularizada, com cunho predominantemente sagrado. As relações são diretas e os hábitos pautados por costumes preestabelecidos. Disso tudo resulta uma sociedade relativamente imóvel, e quando as mutações se registram, são lentas.

Há um contínuo dilema-problema ao longo da vida do camponês. É contrabalançar exigências do mundo exterior em relação às necessidades que ele encontra no atendimento às exigências de sobrevivência da família. Nesse conflito, muito raramente decisório de sua parte, só lhe resta adotar duas posições: aumentar a sua produção ou reduzir o seu consumo.

Na primeira estratégia, deverá elevar os rendimentos de trabalho às suas próprias custas, tendo em vista elevar a so-

5) Terminologia adotada por Robert Redfield in **PEASANT SOCIETY AND CULTURE.**

matória de sua produção e a elevação dos índices de produtividade com que ingressará no mercado. A restrição de consumo — de um consumo já reduzido — poderá ocorrer com a fixação de suas necessidades básicas a um nível mínimo de subsistência, inclusive em alimentação.

De qualquer modo, são tentativas de equilibrar o orçamento doméstico, razão pela qual o camponês teme o “novo”, vendo nele um tipo de “tentação”, que poderá abalar este já precário equilíbrio.

É assim que oferece resistência à faturação dos eventos sociais, ou mesmo das modificações nos hábitos de produção, com a utilização de um instrumental que conduza à elevação dos índices de produtividade por ele desejada, e, em função disso, dispensar e alargar as perspectivas com relação aos graus e níveis de consumo.

Embora opostas, as duas estratégias — reduzir o consumo, ou aumentar o total de produção — que são oferecidas ao camponês, não se excluem mutuamente, sendo que a prevalência de uma ou de outra depende do contexto social em que ele vive e de onde deve extrair os seus meios de subsistência.

5. UM ENFOQUE: MODELO DE SOCIEDADE CAMPONESA E O BRASIL IMPÉRIO.

Temos visto que as sociedades camponesas são sociedades que ficam entre as sociedades primitivas e as sociedades industriais, ou antes, sociedades pré-industriais, localizadas em certas regiões, e hoje convencionalmente denominadas sociedades subdesenvolvidas.

Isso não acontece ao longo do processo histórico do Brasil Império, onde, se não havia uma caracterização pura de predomínio da atividade agrícola, as residuais de uma incipiente industrialização não motivaram o suficiente para promover o processo acelerado de urbanização, acontecimento que o Brasil viu nascer já em fins da primeira metade do Século XX.

Efretivamente, dados existem que poderiam levar aos menos avisados a concluir pela existência de sociedades camponesas no Brasil Império. Assim haveria sociedades camponesas com predomínio de uma economia com base na família. A prática de “troca econômica”, realizada em setores em que a economia não se desenvolvera nem alcançara os limites monetários, dava-se mediante o escambo, com a transformação

realizada à medida que se amudavam e se tornavam mais frequentes as "visitas" dos chamados caixeiros-viajantes.

Se, numa economia camponesa, o principal objetivo é a posse da terra, essa caracterização ainda hoje perdura, no Brasil rural, e muito mais acentuadamente se verificava no Império, resquícios ainda das grandes fazendas de gado especialmente ao longo do rio São Francisco e nos chamados "currais" do atual Estado do Piauí.

A posse da terra não apenas era imprescindível, mas fundamental à subsistência e à sobrevivência, e também, como ainda hoje em algumas regiões do Brasil, correspondia à posse de *status*, de prestígio, poder e riqueza na escala social.

De outro ponto, como conceitua Redfield, se as "culturas de folk" são pequenas e isoladas, em razão mesmo de espaços demográficos ausentes, os chamados claros de povoação, o Brasil obteve não apenas no Império, mas ainda recentemente, esse isolacionismo, mercê do processo verificado em nosso povoamento.

Isoladas, essas sociedades teriam, forçosamente, que chegar a uma autogestão, não apenas no sentido comunitário de liderança, mas também na produção de bens e serviços considerados indispensáveis à sua manutenção social e individual.

Ainda dentro do comentário às especificações de Redfield quanto à simplicidade de sua tecnologia, tal fato, ocorrendo no Brasil Império, foi determinado não só pela resistência à mudança, mas também pela inexistência de capital e poupança suficientes para a aquisição de bens de produção capazes de modificar essa significância tecnológica. Sendo simples a tecnologia, baseada quase que totalmente na mão-de-obra braçal, tendo como matéria-prima as diversas madeiras, e, quando muito, a força hidráulica, a consequência seria insignificante divisão de trabalho. Todos faziam tudo. Se ficavam para os homens os trabalhos mais árduos, na ausência deles, ou para a sua complementariedade, as mulheres não ficavam excluídas dessa probabilidade. Nem mesmo as crianças, até onde o suporte de suas forças físicas pudesse chegar. Como é natural, não sendo uma sociedade senão um pouco mais evoluída do que a primitiva, não poderia contar com a divisão do trabalho, com seu inicial processo industrializante, na diversificação das atividades produtivas. Se isoladas, com homogeneidade de raça e de costumes, está claro que isso provocaria um formidável papel condutor nas relações e nos comportamentos dos indivíduos e dos grupos sob pena de se sujeitar às sanções "folk" do grupo.

De outro ponto, a efetivação dicotômica entre reduzir o consumo ou aumento e o agregado de produção para manter o orçamento familiar em equilíbrio não se apresenta como opção das mais agradáveis. Isso porque, de um lado, reduzir consumo significa reduzir condições de saúde ou de motivação no ambiente social, e, de outro, aumentar a produção com os mesmos fatores quantificados em terra e recursos operacionais significa aumentar o total de mão-de-obra ou o total de horas dedicadas às tarefas produtivas.

Na elevação do número de mãos aptas ao trabalho, ter-se-ia de angariar nova mão-de-obra na família (mulheres e crianças já trabalhando) sob salários ou recompensas em mercadorias, fato que não pode ser levantado; e um aumento no total de horas de trabalho significaria integração quase total de trabalho, considerando-se que o lazer segundo a conceituação ocidental moderna, praticamente, era desconhecido nas sociedades rurais brasileiras do Império.

6. CONCLUSÕES

No Brasil Império não houve nenhuma forma precisamente definida de sociedades camponesas. O relato das condições existentes no Brasil Império e o levantamento das especificações e características de apresentação fenomenológica das sociedades camponesas nos levam a essa conclusão.

Para que houvesse sido registrada a presença de sociedades camponesas no Brasil Império, teria sido preciso que os camponeses se apresentassem como na classe dominante, ou pelo menos, prevalecessem em termos demográficos, de acordo com a própria conotação da nomenclatura autorizada.

Com base na conceituação adotada, não existe sociedade camponesa no Brasil, hoje, como não existiu no Brasil Império, mesmo quando se verificou, por exemplo, na Europa medieval, com o pequeno proprietário rural.

O fundamental para a existência de sociedade camponesa no Brasil seria a pequena propriedade, fato não acontecido. O que se deu foi a ocorrência de trabalhadores rurais, que não têm instrumento de trabalho nem acesso à terra.

Alguns tipos específicos de associações, formalizadas, de trabalhadores rurais, notadamente no Nordeste, tiveram apenas feição política e, ainda assim, muito heterogênea, considerando-se, além disso, que as sociedades camponesas não excluem os núcleos urbanos.

O mais que se poderia afirmar é que existiram e existem algumas cidades-feiras no Brasil, onde se realizam as trocas econômicas e sociais. Como trocas distantes não dão impulso à economia dinâmica, os contatos de modelos individualistas conseguiram sobreviver.

BIBLIOGRAFIA

- Bruno, Ernani Silva — **O Ouro e a Montanha**. 2.^a Ed. S. P.; Ed. Cultrix, 1961.
- Chaianov, Alexander V. — **The Socio-Economic Nature of Peasant Farm Economy a Systematic Source in Rural Sociology** de Sorokin, Galpin e Zimmerman.
Minneapolis — The University of Minnesota Press — 1931.
- Redfield, Robert — **Peasant Society and Culture**. Chicago — The University of Chicago Press — 1956.
- Walf, Eric R. — **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro — Zahar Editores — 1970.
- Foster, George M. — **Que é Cultura de Folk**. American Anthropologist — 1953.
- Furtado, Celso — **Formação Econômica do Brasil**. 4.^a Edição. R. J. Edit. Fundo de Cultura — 1961.
- Prado Júnior, Caio — **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo — Livraria Martins Editora — 1942.
- Prado Júnior, Caio — **História Econômica do Brasil**. 5.^a Edição — São Paulo — Editora Brasiliense — 1959.
- Holanda, Sérgio Buarque de — **Raízes do Brasil**. 5.^o Edição — Rio de Janeiro — José Olímpio Editora — 1969.
- O' Connel, James — **Britain And The Enset of Modernization in Brazil (1850.1914)**.
Cambridge; The University Press — 1967.
- Meneses, Antonio Bezerra de — **Notas de Viagem (Parte do Nor.e)**. Fortaleza; Tipografia Econômica — 1880.